

2021

CONTROLADORIA
Geral do Estado de Rondônia

SUMÁRIO-EXECUTIVO

RELATÓRIO DE AUDITORIA: INTEGRIDADE SOCIOAMBIENTAL DO SETOR FLORESTAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Realização:

CGE

Controladoria Geral do Estado

SEDAM

Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Ambiental



Governo do Estado de
RONDÔNIA

Apoio:



**TRANSPARÊNCIA
INTERNACIONAL**
Brasil

SUMÁRIO-EXECUTIVO

Este sumário executivo apresenta um resumo do relatório da auditoria operacional da integridade socioambiental do setor florestal de Rondônia, realizada pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), com o apoio da Transparência Internacional – Brasil.

Executada entre junho de 2020 e março de 2021, trata-se de uma auditoria inédita no Estado, que, a partir da produção de um diagnóstico e de uma matriz de risco, elaborou recomendações para o aprimoramento da governança e da integridade da gestão florestal estadual.

Rondônia é o terceiro maior produtor de madeira nativa do Brasil, sendo que a atividade possui papel importante na economia do Estado, gerando emprego e renda em muitos municípios. Cabe ao poder público estadual incentivar a exploração legal e sustentável da madeira, ao mesmo tempo em que deve combater a exploração ilegal do produto.

A exploração ilegal de madeira é um problema que persiste na região, gerando degradação ambiental, conflitos fundiários e perda de receita por parte do poder público, além de promover uma concorrência desleal com aqueles que realizam a exploração dentro da lei. A atividade é muitas vezes acompanhada de fraudes nos documentos e nos sistemas de controle, bem como de corrupção envolvendo agentes públicos e privados, o que aponta para a necessidade de se aprimorar políticas públicas, processos e mecanismos voltados à promoção da integridade da gestão florestal.

OBJETIVO E ESCOPO

A auditoria buscou contribuir com a governança, a sustentabilidade e a legalidade do setor florestal de Rondônia, podendo ser um marco de transformações positivas nessa direção. Foram três os produtos gerados:

- Diagnóstico situacional sobre a gestão florestal do Estado;
- Matriz de risco, com a identificação de riscos, eventos, probabilidades, consequências e ações de mitigação;
- Recomendações de integridade voltadas ao fortalecimento da governança do setor florestal, bem como para a redução dos riscos de fraude e corrupção;

Dado o ineditismo da auditoria, e em função do fato da exploração florestal madeireira se relacionar fortemente com diversos temas, o trabalho abrangeu um escopo amplo, que foi dividido em 7 (sete) eixos:

1

Ambiente de Controle da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental

2

Regularização Ambiental das Propriedades Rurais

3

Licenciamento, Monitoramento e Controle das Atividades de Exploração Florestal

4

Análise e Licenciamento de Empresas Florestais

5

Gestão das Unidades de Conservação e Áreas Especialmente Protegidas

6

Aderência de Atividades Produtivas ao Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado

7

Eficiência Produtiva dos Projetos e Indústrias de Beneficiamento

MÉTODO

A auditoria foi realizada a partir de normas, padrões e manuais nacionais e internacionais sobre o tema, e contou com um conjunto de técnicas de coleta e análise de informações, que incluíram: **(i)** Consulta pública na etapa de planejamento da auditoria; **(ii)** Entrevistas semiestruturadas com técnicos e gestores da SEDAM, empresários do setor florestal, engenheiros florestais, moradores e membros de conselhos de unidades de conservação estaduais; **(iii)** Aplicação de questionários junto às coordenações da SEDAM; **(iv)** Análise de documentos; **(v)** Visita *in loco* nas Reservas Extrativistas de Rio Cautário e Rio Preto Jacundá, em empresas madeireiras, áreas de planos de manejo florestal e em escritórios regionais da SEDAM situados em Ariquemes, Extrema e Machadinho D'Oeste.

Além do ineditismo do escopo, a auditoria inovou ao incorporar o controle social em suas diversas etapas. A Transparência Internacional - Brasil foi a organização proponente da auditoria e participou do planejamento e da análise de seus resultados. Uma consulta pública oportunizou que organizações da sociedade civil, do setor privado e órgãos públicos enviassem contribuições para o planejamento da auditoria, incluindo o seu escopo.

RESULTADOS

Foram identificados **89 riscos**, sendo que **31** deles foram considerados **extremos**, **26 altos**, **23 médios** e **09 baixos**. Os resultados indicam a necessidade de aprimoramento da gestão florestal de Rondônia em temas como exploração madeireira, gestão de Unidades de Conservação, regularização ambiental e fiscalização ambiental. Tal aprimoramento deve passar pelo fortalecimento institucional da SEDAM, o que inclui elaboração de planejamento estratégico, planos de capacitação, promoção do código de ética, produção e uso de dados gerenciais, aprimoramento da transparência, dentre outros. A insuficiência do número de servidores é um ponto de atenção, pois gera deficiências no licenciamento, no monitoramento e na fiscalização das atividades florestais, com consequências que incluem morosidade nos processos autorizativos e dificuldades na prevenção e no combate a ilegalidades. Especificamente em relação à exploração florestal

madeira, o diagnóstico aponta para a importância de um monitoramento e um controle mais sistemáticos e estruturados após a emissão das autorizações de exploração, o que pode incluir o uso de imagens de satélite e a análise de dados para detecção de fraudes, assim como vistorias durante e após a exploração, e ações de fiscalização baseadas em riscos.

RECOMENDAÇÕES

A partir dos riscos identificados, foram elaboradas **58 recomendações**, divididas em três blocos: **(i)** Fortalecimento institucional da SEDAM; **(ii)** Licenciamento, monitoramento e controle da exploração madeira; **(iii)** Gestão territorial, regularização ambiental e áreas protegidas.

Destacamos a seguir, algumas dessas recomendações:

Fortalecimento institucional da SEDAM

- Elaborar planejamento estratégico da SEDAM com objetivos e metas, bem como estudo sobre demanda de orçamento e de contratação de pessoal para o atendimento adequado às diferentes áreas de atuação do órgão (incluindo gestão florestal, fiscalização ambiental e gestão de unidades de conservação);
- Elaborar plano de treinamento, capacitação e atualização dos servidores da SEDAM, incluindo temas como código de ética, conflito de interesses, detecção e combate à fraude, canais, proteção a denunciantes de irregularidades e corrupção, e requisitos legais de autos de infração;
- Ampliar a transparência, garantindo que as informações sobre o setor florestal sejam disponibilizadas de forma proativa, bem como elaborar norma SEDAM/CGE que defina sua periodicidade e quem são os responsáveis por sua disponibilização;
- Aprimorar os instrumentos de controle social, por meio do fortalecimento do Conselho Estadual de Política Ambiental (CONSEPA) e dos conselhos de Unidades de Conservação, bem como da criação de um Conselho de Usuários de Serviços Públicos junto à SEDAM.

Licenciamento, monitoramento e controle da exploração madeireira

- Implementar sistemática de monitoramento da execução dos Planos de Manejo Florestal (PMFS) via imagens de satélite, visando identificar eventuais discrepâncias entre o que foi autorizado pela SEDAM e o que foi efetivamente explorado;
- Otimizar os procedimentos referentes às vistorias *in loco* de monitoramento e pós-exploratória nos PMFS buscando elevar o número de vistorias realizadas, bem como criar procedimento de análise dos relatórios pós-exploratórios elaborados pelo empreendedor;
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e da sociedade civil com experiência na prevenção, na detecção e no combate a fraudes no licenciamento e nos sistemas de controle da exploração florestal (como SisDOF e SINAFLORE);
- Fomentar maior eficiência produtiva, por meio do estímulo a melhorias tecnológicas de beneficiamento da madeira, realização de estudos de Coeficiente de Rendimento Volumétrico (CRV), estudos sobre viabilidade de novos ciclos de corte em áreas já exploradas e promoção de debates com o setor privado.

Gestão territorial, regularização ambiental e áreas protegidas

- Estabelecer mecanismos de monitoramento e controle da implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação;
- Elaborar e implementar plano de monitoramento e prevenção contra invasões de Unidades de Conservação do Estado, incluindo ações de combate à grilagem e à exploração ilegal de madeira;
- Elaborar e implementar plano de fiscalizações periódicas em PMFS e empresas florestais que defina prioridades a partir de análise de riscos (histórico de autuações das empresas, proximidade com áreas protegidas, dentre outros);
- Promover a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a análise do Programa de Regularização Ambiental (PRA), incluindo a institucionalização e a difusão de manuais de procedimentos sobre o tema.

Acesse o relatório completo da auditoria em
www.rondonia.ro.gov.br/cge